

● Parque Estadual da Pedra da Boca/PB: ● Um olhar sobre o planejamento do ecoturismo ● em unidades de Conservação na Paraíba

Márcio Balbino Cavalcante*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a criação do Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Araruna – PB, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas no Parque; em especial, as práticas ecoturísticas existentes, considerando suas implicações socioambientais; avaliar as potencialidades e as fragilidades do ambiente, bem como analisar os possíveis impactos ambientais e, por último, sugerir medidas técnicas fundamentadas com o objetivo de solucionar ou minimizar a situação atual do ambiente em estudo, dentro dos objetivos reais que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985, 2000). Para a concretização deste estudo foram desenvolvidas as seguintes etapas: Seleção do material bibliográfico e cartográfico; Reconhecimento de campo; Coleta de dados sobre os aspectos físicos, turísticos e socioculturais do local. Os dados obtidos demonstram que a APA conta com um potencial natural notável para o turismo, em especial o ecoturismo; porém, precisa-se que ações emergenciais sejam colocadas em prática, para assim poder compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação da natureza, ambas pautadas no desenvolvimento sustentável, respeitando os limites que a natureza impõe na sua dinâmica natural.

Palavras-chave: Ecoturismo; unidades de conservação; planejamento ambiental.

Abstract

The present works had as objective analyzes the creation of the Parque Estadual da Pedra da Boca, concentrating the attentions in the activities developed in the Park, especially, the practices existent ecoturísticas, considering their implications socioambientais; to evaluate the potentialities and the fragilities of the atmosphere, as well as to analyze the possible environmental impacts and last, to suggest technical measures based with the objective of to solve or to minimize the current situation of the atmosphere inside in study of the real objectives that govern the National System of Units of Conservation (SNUC, Law 9.985, 2000). For the materialization of this study the following stages were developed: Selection of the bibliographical and cartographic material; Field recognition; It collects of data on the aspects physical, tourist and sociocultural of the place. The obtained data demonstrate that APA counts with a potential natural notable for the tourism, especially the ecoturismo, however, she that actions emergenciais is put in practice, for like this needs to can compatibilizar the activity ecoturística and the preservation of the nature, both ruled in the maintainable development, respecting the limits that the nature imposes in his/her natural dynamics.

Keywords: Ecoturism; units of conservation; environmental planning.

Introdução

Desde meados do século XIX, a criação de áreas protegidas vem se constituindo numa das principais estratégias para a conservação da natureza e isto se explica, por um lado, pela degradação ambiental crescente, especialmente devido aos impactos da expansão urbano-industrial e pela devastação das florestas e, por outro, é neste período que a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico e a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado (Lima, 2003).

Assim, as atividades turísticas, em especial, o ecoturismo passam a ser desenvolvidas nessas áreas, possibilitando aos visitantes a oportunidade de apreciar o meio natural, tido como novo, "exótico", e como "paisagem intocada".

Diante desta realidade, o Estado da Paraíba, como em todo o Brasil, possuidor de lugares onde a natureza se mostra generosa, abundante e com singular exuberância, busca, a partir da criação das Unidades de Conservação, criar espaços protegidos voltados para a preservação da natureza e para a prática do ecoturismo, onde este possa se desenvolver, valorizando as potencialidades naturais e culturais, gerando emprego e renda. Entre estas UCs paraibanas, está o Parque Estadual da Pedra da Boca, criado pelo Decreto Governamental nº 20.889, de 07 de fevereiro de 2000, localizado na porção norte do município de Araruna – PB. Sua área está inserida no bioma Caatinga, onde as configurações geológicas-geomorfológicas são ímpares e atrativas para os estudiosos, turistas e visitantes amantes da natureza e dos esportes radicais.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho se propõe a analisar a criação do Parque Estadual da Pedra da Boca, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas na unidade; em especial, as práticas ecoturísticas

existentes, considerando suas implicações socioambientais; avaliar as potencialidades e as fragilidades do ambiente, os possíveis impactos ambientais e, por último, sugerir medidas técnicas fundamentadas com o objetivo de solucionar ou minimizar a situação atual do ambiente em estudo, dentro dos objetivos reais que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000).

As Unidades de Conservação no Brasil – perspectiva histórica

A preocupação com a conservação ambiental e com a criação de áreas naturais protegidas, no caso do Brasil, só acontece tardiamente. Embora desde o final do século passado algumas personalidades preocupadas com a questão florestal viessem propondo a criação de parques nacionais, somente com a instituição do Código Florestal, em 1934, é que se abriram perspectivas objetivas para o surgimento de Unidades de Conservação mais abrangentes do que as antigas reservas e hortos florestais (Serrano, 1997). Posteriormente, a Constituição de 1937 reafirma a legitimidade dos parques nacionais e, no mesmo ano, é criado o Parque Nacional de Itatiaia (RJ), tornando-se a primeira área protegida do Brasil. Por sucessivas décadas, a expansão do número de parques e reservas foi bastante lenta. Apenas no final da década de 70 são colocadas em discussão as áreas prioritárias, legalmente protegidas, para a conservação da natureza. Ainda no âmbito relativo aos parques, somente em 1979, através do Decreto nº 84.017, é definido o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Outra evidência de descaso pode ser lida na demora na elaboração dos planos de manejo das unidades já existentes – o primeiro, o do Parque Nacional de Itatiaia, surge 40 anos após sua criação (Amaral, 1998).

Avaliando o período em que mais foram criadas Unidades de Conservação (1970-1986, em pleno regime militar), Diegues (1998), efetua

* Especialista em Ciências Ambientais – FIP/PB, Geógrafo – UEPB, Professor Universitário e Ensino Médio da rede pública e privada da PB/RN. Autor do Livro: *Ecoturismo em áreas protegidas: um olhar sobre o Parque Estadual da Paraíba/PB; Convite ao ensino de Geografia*. Membro do grupo TERRA – grupo de pesquisa urbano, rural e ambiental da UEPB.

as seguintes observações: a criação era feita de cima para baixo; época de grande endividamento do país e em que as organizações financeiras internacionais exigiam cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos; coube aos órgãos federais, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e à Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, comprometidos com o desmatamento e com o reflorestamento industrial, a implantação e gestão das unidades. Em parte, este quadro explica o porquê da questão ambiental ter sido tratada dentro de uma visão conservadora e muito aquém do que se debatia no âmbito internacional na época.

Atualmente, as Unidades de Conservação no Brasil são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Esta Lei estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Segundo a Lei que institui o SNUC, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 2º).

Cabe ao SNUC estabelecer os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, cujos objetivos são:

- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Proteger paisagens naturais pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza: geológica, geomorfológica, es-

peleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental. (SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, cap. II, artigos 3º e 4º, incisos II, III, IV, V, VII e X).

Assim, as áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção dos ecossistemas naturais, sua diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos e têm como objetivo preservar a natureza e proporcionar a oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental e o ecoturismo. Tal concepção também se aplica ao âmbito estadual e municipal.

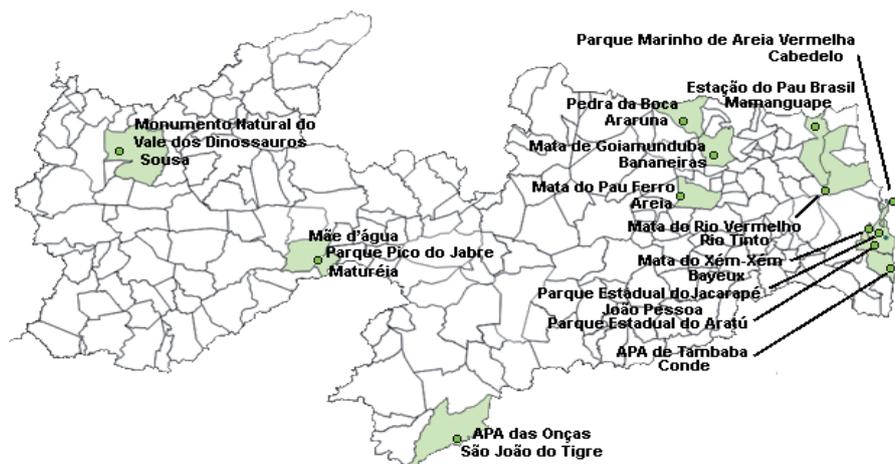
As Unidades de Conservação no âmbito do estado da Paraíba

O estado da Paraíba conta com uma grande diversidade paisagística e com imensas e variadas riquezas de ordem natural, histórico-cultural e social. Com a finalidade de proteger tais atributos, foram criadas 24 Unidades de Conservação, distribuídas em unidades geoambientais diferenciadas; a maioria se localiza na mesorregião do litoral paraibano e são divididas em três jurisdições, sendo 11 federais, 12 estaduais e 01 municipal (figura 1).

A quantidade total de áreas protegidas na Paraíba não atinge sequer 1% da área total do estado, encontrando, diversas vezes, dificuldades na implementação dessas áreas por parte de moradores que habitam nas imediações dos parques e reservas, além da difícil acessibilidade, uma vez que se encontram distribuídas em unidades geoambientais diferenciadas e sob condições precárias de preservação do ambiente natural.

No estado da Paraíba, os órgãos responsáveis em subsidiar as propostas de criação, administrar e fiscalizar a implantação das Unidades de Conservação são a SUDEMA, o IBAMA, a

Figura 1 – Áreas protegidas do estado da Paraíba



Fonte: SUDEMA, 2004.

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e, como parceiras, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Os órgãos citados acima possuem a função de implementar o SNUC, subsidiar os objetivos de criação e administrar as UCs nos âmbitos federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. De acordo com as informações e os dados coletados, as Unidades de Conservação paraibanas passam por dificuldades de manejo e assistência por parte dos órgãos responsáveis pela sua manutenção e ainda contam com a ausência de investimentos e falta de consciência das populações locais e dos visitantes que utilizam seus recursos de forma inadequada (Arruda, 2002).

Caracterização Geoambiental do PEPB

Delimitação do Parque Estadual da Pedra da Boca

O Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) está localizado ao norte do município paraibano de Araruna, situa-se em zona fisiográfica de caatinga, no Planalto da Borborema, na Mesorregião Geográfica do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos 6° 31' e 6° 33', de Latitudes Sul e entre os meridianos de 35° 35' e 35° 37' de Longitudes Oeste (Figura 2).

O PEPB, Unidade de Proteção Integral de uso indireto, criado pelo Decreto Governamental nº 20.889, de 07 de fevereiro de 2000, ocupa uma área total de 157,3 hectares de extensão territorial, com uma cota altimétrica de 400 m, situando-se numa zona de transição entre as Serras de Araruna e da Confusão, mais precisamente entre o Sítio Água Fria e o Rio Calabouço.

Os limites territoriais do Parque são: ao Norte, Passa e Fica/RN; ao Sul, Sítio Água Fria (Araruna/PB); ao Leste, Rio Calabouço e ao Oeste, Serra da Confusão (Araruna/PB). O Parque está distante 170 km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, 22 km de Araruna/PB, 6 km de Passa e Fica/RN, 110 km de Campina Grande/PB e 120 km de Natal/RN.

O ambiente natural: comportamentos abióticos e bióticos

Ambiente geológico e geomorfológico

As serras de Araruna e da Confusão correspondem a um *horst* que contrasta com o *graben* da depressão do Curimataú ou vale do Rio Curimataú. A depressão do Curimataú corresponde a uma fossa tectônica resultante de falhamentos, apresentando altitude média de 300 m, com desníveis de 300 m entre a baixada e os topos mais elevados das serras vizinhas. Segundo Car-

Figura 2 – Parque Estadual da Pedra da Boca – PEPB



Fonte: Sebrae/PB, 2006.

valho (1982), muitos estudos que analisaram o relevo nordestino salientam que os terrenos pré-cambrianos sofreram reativações epirogênicas entre o Paleozóico e o Terciário, originando a tectônica de ruptura. Como resultados surgiram os *grabens*, tipo o vale do Curimataú.

As serras de Araruna constituem na realidade uma chapada sedimentar, constituída por sedimentos antigos que recobrem o cristalino, pertencem à formação da Serra de Martins, que, de acordo com sua origem estratigráfica, fazem parte da unidade inferior do Grupo Barreiras, datado do período terciário (Rodríguez, 2001).

Devido à altitude de 570 metros, a região pode ser considerada uma das ramificações mais elevadas do Planalto da Borborema, aparecendo na paisagem sob forma de escarpas amplas, superficiais, elevadas e aplainadas, além de maciços residuais representados pelas serras.

Na serra da Confusão, está localizado o complexo geológico da Pedra da Boca, formado por afloramentos de granitos porfíricos, com vestígios de gnaisses e quartzitos, de faces arredondadas, superfícies desgastadas e em várias delas muitas e extensas caneluras, do cume ao chão, provenientes do intemperismo químico, físico e biológico, que vem constantemente modelando as formas de relevo da região.

As formações identificadas no PEPB, resultantes dos processos erosivos aos quais são submetidos às rochas, que passam por processo de quebramento quando submetidas à ação hídrica e eólica, bem como à ação da temperatura, fazem com que, em determinadas partes dos corpos rochosos, se criem cavidades de profundidade e diâmetro bastante considerável, como são os casos da "boca" na Pedra da Boca, da "gruta" na Pedra da Santa ou os caracteres de um "crânio" na Pedra da Caveira. Essas formações são conhecidas na literatura geológica como "taffoni", que segundo Guerra & Guerra (2006, p.594), "os 'taffoni' (plural de taffone), são cavidades hemisféricas cavadas em granito de paredes íngremes".

De acordo com Rodríguez (2001), com base em dados do IBGE (1996), os solos identificados na área do Parque Estadual da Pedra da Boca, são classificados em: Litossolos, Planossolos e os Solos Podzólicos Latossólicos vermelho-amarelo, atuais Argissolos.

Ambiente climático

A região difere do quadro geral do Curimataú devido à altitude em que se encontra, possuindo umidade relativa do ar e índice de pluviosidade superiores ao do clima dominante

da microrregião. Na área do PEPB, o clima é semi-árido, quente e seco, (Bsh) segundo a classificação de Köppen, com estação chuvosa curta (outono-inverno), atingindo precipitações de 800 a 1100 mm/ano. Com temperaturas que variam de 25°C a 27°C (Rodríguez, 2001).

Ambiente hidrográfico

A região está localizada na microbacia do Rio Calabouço, rio de regime intermitente afluente do Rio Curimataú, fronteira natural entre o estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte e importante manancial hídrico para a população que vive nas suas margens e para a manutenção do equilíbrio biótico e abiótico da região.

Em decorrência do uso inadequado dos recursos hídricos, a microbacia do Rio Calabouço apresenta sinais de impactos ambientais como

a devastação da mata ciliar, empobrecimento do solo devido ao manejo inadequado da exploração agrícola e pecuária, processo de assoreamento gerando núcleos de degradação ambiental ao longo do curso do rio (Cavalcante, 2006).

Ambiente fitogeográfico

De acordo com o IBGE (1996), a vegetação é de Savana Estépica nordestina – Caatinga, primitivamente arbustiva e arbórea, com pequenos resquícios de mata serrana – uma vegetação subcaducifólia, que vem sofrendo fortes ações antrópicas no tocante ao fornecimento de madeira e lenha para o uso humano e para a criação do gado e plantios agrícolas.

O quadro a seguir relaciona as principais espécies vegetais encontradas na área do Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna – PB).

Quadro 1 – Espécies vegetais encontradas no Parque Estadual da Pedra da Boca

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA
Angico	<i>Piptadenia peregrina</i>	Leguminosae
Aroeira	<i>Astronium urundeuva</i>	Anacardiáceae
Catolé	<i>Syagrus comosa</i> mart.	Palmae
Gameleira	<i>Ficus</i> spp.	Anacardiáceae
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Leguminosae
Jenipapo	<i>Tocoyena brasiliensis</i> mart.	Rubiaceae
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i>	Ramnáceae
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>	Leguminosae
Jurema	<i>Mimosa acutiflora</i>	Leguminosae
Jurema preta	<i>Mimosa hostillis</i>	Leguminosae
Jurema branca	<i>Pithecolobium foliolosum</i>	Leguminosae
Macambira	<i>Bromélia laciniosa</i>	Bromeliáceae
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactáceae
Mororó	<i>Bauhinia cheilanta</i>	Leguminosae
Mofumbo	<i>Combretum leprusum</i> mart	Combretaceae
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Leguminosae
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i> lam.	Sterculiaceae
Pau d'arco (Ipê)	<i>Tabebuia chrysostricha</i>	Bignomiáceae
Pitomba	<i>Talisia esculenta</i> radlk	Sapindaceae
Sisal	<i>Sisalana perrii</i>	Agaváceae
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiáceae
Xiquexique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	cactáceae
Pereiro	<i>Aspidosperma pyriforme</i>	Apocináceae
Coroa-de-frade	<i>Melocactus bahiensis</i>	Cactáceae
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i>	Anacardiáceae
Umbu	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiáceae
Marmeleiro	<i>Croton sincorensis</i>	Euforbiáceae
Facheiro	<i>Pilosocereus squamosus</i>	Cactáceae

Fonte: TAVARES de MELO; RODRIGUEZ, 2003 (Adaptado).

A criação do Parque Estadual da Pedra da Boca e sua vocação ecoturística

Paisagem do Parque Estadual da Pedra da Boca

O Parque Estadual da Pedra da Boca possui um conjunto rochoso de grande beleza cênica, de composição granítica porfirídica, com vestígios de gnasses e quartzitos, que possuem faces arredondadas e extensas caneluras que vão do cume ao chão, está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão.

A denominação Pedra da Boca advém da existência de uma imensa formação rochosa de aproximadamente 336 m de altura, a qual apresenta uma enorme cavidade provocada pelos agentes endógenos e exógenos, cuja configuração é semelhante a uma boca aberta. A exótica formação lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um colossal pirilampo.

Nas proximidades da Pedra da Boca localizam-se também outras feições geológicas, como a Pedra da Caveira, que recebeu este

nome por ter um perfil semelhante ao de um crânio humano, graças à ação constante do vento, da água e da temperatura no paredão rochoso, próximo à Pedra da Boca.

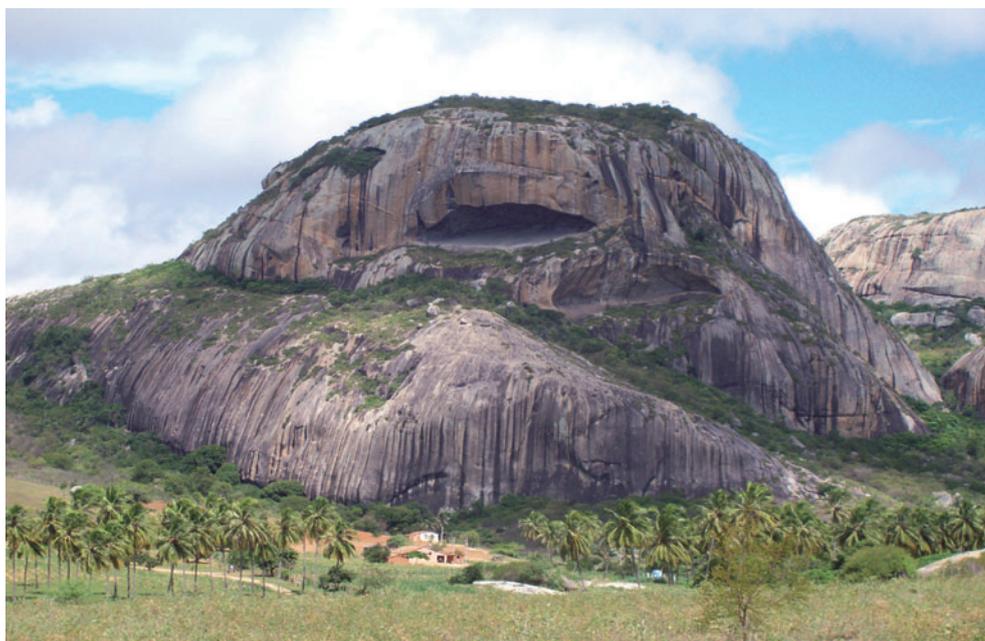
Outra formação rochosa muito visitada no parque é a Pedra da Santa, é *point* obrigatório de visita. Na gruta, um antigo morador do lugar, o sr. Celso Lisboa (político, 1909-1990), construiu um altar para a imagem de Nossa Senhora de Fátima.

Atividades praticadas no Parque Estadual da Pedra da Boca

Turismo religioso

Neste lugar é realizado o turismo religioso e todo dia 13 de cada mês, principalmente no dia 13 de maio, recebe fiéis para a tradicional missa ao ar livre, reunindo pagadores de promessas, devotos e visitantes de toda a região e de outros estados. Esta atividade religiosa é realizada pela Arquidiocese de Guarabira/PB e pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB.

Figura 3 – Pedra da Boca, principal atração do PEPB



Fonte: Márcio B. Cavalcante, 2006.

Figura 4 – Pedra da Caveira, PEPB, Araruna/PB



Fonte: Larissa Melo, 2003.

Figura 5 – Pedra da Santa (Pedra do Letreiro)



Fonte: Márcio B. Cavalcante, 2006.

Em tempos remotos, os fiéis foram expulsos desse local devido às abelhas que vivem na parte superior da enorme rocha, levando à suspensão temporária das missas ao ar livre, que foram transferidas para a capela próxima ao parque.

Com o objetivo de oferecer uma infra-estrutura de apoio aos fiéis durante as atividades religiosas, o governo do estado da Paraíba estava construindo, próximo à Pedra da Santa, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima. O pro-

jeto arquitetônico do Santuário, em forma de arena grega, encontra-se paralisado; o mesmo possui uma estrutura para receber aproximadamente 5.000 romeiros, com dependências para banheiro, lanchonete, secretaria e local de acomodação dos fiéis para participarem das celebrações religiosas.

A Pedra da Santa, conhecida também como Pedra do Letreiro, preserva grande concentração de pinturas rupestres tipo hieróglifos da "Tradição Nordeste", cujas pinturas

são atribuídas aos antigos moradores do local, os índios Tarairius e os Paiacus, pertencentes à grande nação Cariri, conhecidos por Tapuias.

Turismo de aventura

As altas pedras da região, em especial as do PEPB, atraem turistas do estado da Paraíba e de outros estados, inclusive de outros países, como Portugal e Holanda, que, encantados com as belezas naturais, têm como lazer elaborar roteiros bem originais e tradicionais, ou então praticar esportes radicais, através de várias modalidades, como o rapel e a escalada. Os pontos propícios à técnica do rapel no Parque Estadual da Pedra da Boca são: Aroeira – 55 metros, Pedra da Oratória – 50 metros, Pedra da Caveira – 50 metros e Boca – 80 metros. Também existem as práticas de caminhada, *mountain bike*, *camping* e pára-quedas. Nos arredores do parque “jipeiros” e motociclistas fazem enduro e ciclistas percorrem as trilhas de tamanha beleza natural, através da Mata do Gemedouro. Estas práticas exigem cuidado e experiência; por isso, precisam de ajuda e orientação de um instrutor capacitado na área.

Turismo científico e escolar

A beleza cênica do parque, formada pelo conjunto rochoso e pelos recursos faunísticos e fitogeográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos, é cenário e laboratório vivo de pesquisadores de diversas instituições e localidades; são geógrafos, biólogos, geólogos, turismólogos, historiadores, entre outros profissionais atraídos pela diversidade ambiental e cultural do local.

O Parque Estadual da Pedra da Boca também recebe alunos e professores das mais variadas modalidades de ensino, do fundamental ao superior, encontrando no ambiente local a possibilidade de vivenciar *in loco* o saber acadêmico da sala de aula.

Espeleoturismo (turismo em cavernas)

Todo o parque está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão, assim conhecida pela existência de várias serras de rochas graníticas que escondem grutas e cavernas quase inexploradas; algumas possuem importantes sítios paleontológicos e arqueológicos, com pinturas rupestres; outras dão abrigo a alguns animais da fauna do lugar, como: gatos do mato, raposas, tejus, alguns roedores, morcegos, tatus, dentre outros.

Parafaseando Santos (2003), as cavidades naturais do parque são frutos de tombamentos de enormes blocos de granito que, ao caírem, formaram abrigos sob rochas e cavernas e que estão em constante evolução, graças à ação da erosão e dissolução da água. A visita às cavernas e as grutas do PEPB é uma das potencialidades ecoturísticas do local, onde o grau de dificuldade é alto. Ter em mente a responsabilidade ambiental e informação correta nestes lugares é primordial, tendo em vista a fragilidade, exigindo cuidados especiais para que os sinais de falta de consciência não fiquem marcados, tais como: descaracterização pelo pisoteio, pichações e lixos, entre outros impactos.

Infra-estrutura, estágio de conservação e práticas voltadas para a consciência ambiental no PEPB

A criação do Parque Estadual da Pedra da Boca é de fundamental importância para a preservação do ambiente e a conscientização tanto por parte dos turistas como da população local, para que o turismo possa ser desenvolvido de forma a não agredir a natureza, investindo numa política ambiental pautada na ótica do desenvolvimento sustentável, na educação ambiental e na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na conservação do lugar.

Segundo Francisco Cardoso de Oliveira, “seu Tico”, (guia local do parque, 47 anos), uma das primeiras medidas tomadas com a cria-

ção do parque foi a desapropriação de 157,3 hectares de terras e a indenização de famílias que moravam na área territorial do parque. Atualmente, reside uma pequena comunidade (Água Fria, Araruna/PB) no entorno do parque, cerca de dezoito famílias.

Na realidade, ainda existe uma grande carência na infra-estrutura adequada para receber os turistas e visitantes, num plano de visitação efetivo que respeite o meio ambiente do Parque Estadual da Pedra da Boca. Segundo Rogério dos Santos Ferreira (gerente do PEPB, 33 anos), o parque recebe um público médio de 1.200 pessoas por mês, principalmente no verão, época de alta temporada; é sabido que este número está em pleno crescimento.

A intensificação do uso turístico leva à introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos, cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre os objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e infra-estrutura de lazer (Cruz, 2003).

A falta de integração efetiva da população local é notável; apenas alguns conseguiram se inserir nas atividades ecoturísticas. Sabemos que, para se combater as deficiências e gerar empregos e renda no setor de ecoturismo, é preciso inserir a população local nessa atividade, não a deixando excluída, como parece acontecer nas ações tomadas no local.

A gestão do ecoturismo, além de garantir os objetivos de conservação da natureza e a manutenção da qualidade ambiental, deve permitir que os benefícios gerados por suas atividades sejam amplamente incorporados pelas populações locais, como sujeitos do desenvolvimento (Cruz, 2003).

Outros pontos importantes detectados no parque no decorrer da pesquisa foram: o uso parcial de placas de sinalização exigido por lei, número insuficiente de fiscais e vigias, ausência de materiais educativos e, dentre os inúmeros turistas e visitantes, há alguns que

não têm consciência de que, no ecoturismo, a educação ambiental é fundamental para o seu progresso e acabam causando impactos ambientais, como a poluição sonora, afetando os animais e as pessoas; acúmulo de lixo, sem falar das pessoas que querem deixar suas "marcas" no local para provarem a outras que estiveram ali, chegando a pichar as rochas, inclusive nas pinturas rupestres.

Para Ruschmann (1993), os impactos são resultados de um processo de interação complexo entre os turistas, as comunidades e os meios receptores e não de uma causa específica.

O Parque Estadual da Pedra da Boca é uma área de proteção ambiental, cujos objetivos que motivaram sua criação não foram plenamente concluídos.

Em 2003, a SUDEMA criou o Plano de Gestão Participativa do Parque Estadual da Pedra da Boca, que pretendeu envolver não só a presença da população local, como também Instituições de Ensino e Pesquisa não-governamentais e governamentais e até representantes das Prefeituras envolvidas no plano de turismo do local. Tem como objetivos específicos a participação e a orientação sobre os estudos científicos, as práticas educativas de preservação e de manutenção da APA, a saber: UNIPÊ, Associação Comunitária de Água Fria, GABS, SEBRAE-PB, UFPB, UEPB – Campus III – Centro de Humanidades, em especial, o Curso de Geografia, as Prefeituras dos municípios de Araruna/PB e de Passa e Fica/RN (SUDEMA, 2004).

Embora tenha se trabalhado a possibilidade de um Plano de Gestão ou Manejo Participativo, ainda não foram executados sequer os primeiros objetivos do plano gestor, estando a Unidade de Conservação sujeita aos intensos processos degradacionais citados anteriormente.

Neste sentido, é preciso desenvolver projetos ambientais que o Parque Estadual da Pedra da Boca tanto precisa; é preciso uma maior inserção de especialistas como geó-

grafos, turismólogos e biólogos nas atividades da Unidade, para assim poder compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação ambiental, respeitando os limites que a natureza impõe ao meio ambiente.

Conclusão

De acordo com o que foi discutido neste trabalho, a problemática das Unidades de Conservação e as atividades nelas desenvolvidas, em especial o ecoturismo, estão longe de se resumir à definição e institucionalização de áreas e biomas a serem protegidos. É visível que tais etapas não são suficientes para garantir a preservação e/ou manejo sustentado dos diversos ecossistemas que, para serem alcançados, dependem de prioridades políticas efetivas. Em meio à ausência dessas, cabe à sociedade reivindicar o efetivo cumprimento da política ambiental dentro da problemática tratada aqui, no que concerne à implantação e gestão efetiva das Unidades de Conservação, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Partindo desse princípio, realizamos um levantamento de ordem geoambiental, cultural e turística no Parque Estadual da Pedra da Boca, como forma de oferecer ao meio acadêmico e ao público em geral informações que visem ajudar na manutenção da área e no desenvolvimento turístico da mesma.

De acordo com as informações e dados coletados durante a pesquisa, é possível inferir as seguintes considerações sobre o PEPB:

- Investir na implantação de uma infra-estrutura adequada, para que a relação turistas X conservação do ambiente sejam desenvolvidas de forma harmoniosa;
- Investir na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na preservação do lugar;
- Buscar o apoio de uma política de investimentos e preservação;

- Promover cursos e treinamentos voltados para a preservação e manutenção do meio ambiente local;
- Desenvolver campanhas educativas em Legislação e Educação Ambiental, conscientizando os visitantes, moradores locais e turistas no que se refere ao uso e manutenção da natureza;
- Desenvolver programas que insiram a comunidade local nas atividades do parque.

Referências bibliográficas

- AMARAL, E.A.R. **Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: Melhoramentos, 1998.
- ARRUDA, L.V. **Apostila: Relatório da Comissão Mundial de Áreas Protegidas**. Departamento de Geo-história da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. Guarabira/PB, 2002.
- AULICINO, M.P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARVALHO, M.G.R.F. **Estado da Paraíba: classificação geomorfológica**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1982.
- CAVALCANTE, M.B. **Ecoturismo em áreas protegidas: um olhar sobre o Parque Estadual da Pedra da Boca**. Monografia (conclusão de curso em Geografia), CH/UEPB. Guarabira/PB, 2005.
- CAVALCANTE, M.B. Rio Calabouço: conhecer para preservar. In: LINS, J.N.; BEZERRA, R.A.; CHAGAS, W.F. (orgs.). **Espaços Interculturais: linguagem, memória e diversidade discursiva**. Olinda: Livro Rápido, 2006.
- CAVALCANTE, M.B. Ecoturismo no Brasil, visita à natureza. In: **Revista Mundo Jovem**, ano XLIV, n.369, ago., 2006. Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2001.

- DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FERREIRA, R.S. **Plano de ação emergencial do Parque Estadual da Pedra da Boca**. João Pessoa: SUDEMA, 2004.
- GUERRA, A.T.; GUERRA, A.J.T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- IBGE **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- LIMA, M.L.C. (Eco)turismo em unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUEZ, J.L. (coord.). **Conhecendo Ararua/PB**. João Pessoa: Grafset, 2001.
- RODRIGUEZ, J.L. (coord.). **Atlas Escolar da Paraíba: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. 3.ed. João Pessoa: Grafset, 2002.
- RUSCHMANN, D. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.4, n.1, p.56-68, mai., 1993.
- SANTOS, J.S. **Manual do espeleólogo**. Campina Grande: EDUEP, 2003.
- SERRANO, C.M.T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. In: ____; BRUHNS, H.T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2005.
- SUDEMA. **Conselho Consultivo de Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://sudema@sudema.pb.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2004.
- TAVARES DE MELO, A.S.; RODRIGUEZ, J.L. **Paraíba, desenvolvimento econômico e a questão ambiental**. João Pessoa: Grafset, 2003.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	07-ago-2007
Envio ao parecerista:	05-nov-2007
Recebimento do parecer:	07-dez-2007
Envio para revisão do autor:	07-dez-2007
Recebimento do artigo revisado:	23-dez-2007
Aceite:	09-abr-2008